**Dinâmicas e políticas transfronteiriças: a proteção dos Mashco, uma população indígena isolada entre Brasil e Peru[[1]](#endnote-1)**

Na Amazônia, entre os limites territoriais de Brasil e Peru, existem atualmente diferentes populações indígenas que vivem de forma autônoma, evitando por gerações o contato permanente com as outras sociedades. Entre esses índios, estão os Mashco ou Mashco-Piro[[2]](#footnote-1), como foram sendo denominados ao longo do violento processo de colonização desta região de fronteiras, séculos atrás.

Hoje, a literatura afirma que os Mashco são um povo indígena isolado, ou em isolamento voluntário[[3]](#footnote-2), caracterizado por se organizar em diferentes grupos e subgrupos familiares que se deslocam sazonalmente em um extenso território de floresta. No inverno amazônico, época de chuvas, ocupam as zonas altas e terras firmes das cabeceiras. No verão seco, descem às margens dos igarapés e os altos cursos dos rios, deslocando entre as fronteiras internacionais (Huertas, 2015).

Reconhecidos como caçadores e coletores, os Mashco falam um dialeto da família linguística Arawak (ou Aruak), muito próximo do idioma falado pelo povo Yine (ou Piro), no Peru, como também pelos seus parentes Manchineri, do Brasil. São os sobreviventes das correrias praticadas no auge da exploração do caucho, na virada dos séculos XIX e XX, que se refugiaram nas áreas de difícil acesso da floresta, onde não havia borracha. Antropólogos explicam que no caminho ao “isolamento” aspectos da sua vida social sofreram drásticas transformações, como o abandono da agricultura para a caça e a coleta de produtos florestais como principal forma de subsistência (Shepard, 1996 e 2017; Huertas, 2002; Gow, 2011).

Atualmente, o território Mashco está situado em uma região de divortium aquarum da Amazônia Ocidental, entre as cabeceiras dos grandes rios Juruá, Madre de Dios/Madeira, Purus e Ucayali. A maior parte do seu território de ocupação está no lado peruano, abarcando diferentes rios: desde os altos rios Juruá, Envira e as cabeceiras do Ucayali, ao norte, até o alto Madre de Dios, ao sul; e desde os rios Sepahua e Mishagua, afluentes da direita do rio Manu, ao oeste, até os altos rios Iaco e Chandless, ao leste. Em território brasileiro, existem registros na região dos altos rios Acre, Iaco, Chandless, Envira e Purus. Antigos relatórios da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) trazem depoimentos de Manchineri e Jaminawa afirmando sobre a presença de índios “Masko”, no alto rio Iaco, desde o início do século XX.

Nas ultimas décadas, a região da fronteira Brasil-Peru vem sofrendo com os múltiplos efeitos das políticas de desenvolvimento e integração regional que promovem grandes projetos de infraestrutura e a exploração dos recursos naturais da Amazônia. No início dos anos 2000, o boom madeireiro no lado peruano da fronteira chamou pela primeira vez a atenção do órgão indigenista brasileiro, e das organizações indígenas e da sociedade civil dos dois países, para tratar a problemática dos índios isolados como uma questão transfronteiriça. A frente madeireira avançou sobre os territórios indígenas no Peru, resultando em contatos violentos entre índios isolados e madeireiros. As fronteiras, sob fiscalização precária, foram alvo de invasões.

Na última década, o asfaltamento da estrada Interoceânica Sul, conectando a Amazônia brasileira aos Andes peruanos e à Costa do Pacífico, bem como a intensificação das atividades extrativistas legais e ilícitas, como a atividade madeireira, o garimpo do ouro e o narcotráfico, vem impactando as áreas de floresta onde vivem esses índios isolados, e tendo efeito sobre os seus padrões de comportamento e deslocamento territorial.

Nos últimos anos, a FUNAI constatou que os Mashco estão se aproximando das comunidades indígenas e não indígenas dos altos rios Acre, Iaco, Chandless, Envira e Purus, em território brasileiro. Tanto a população local, como os funcionários do governo, tem essa percepção atualmente e, sobretudo, após a constatação do grande número de evidências registradas no ano de 2017. Outra mudança identificada pelas comunidades vizinhas aos seus territórios, e pelos agentes do Estado, foi o aumento na frequência das suas aparições durante o período de inverno amazônico, meses que tradicionalmente ocupam zonas de difícil acesso, nas terras mais altas das cabeceiras dos igarapés e rios.

Possivelmente, essas alterações em suas rotas e períodos de deslocamento sejam motivadas pela busca de novos espaços vitais, e em decorrência de conflitos com populações indígenas e não indígenas com quem compartilham seus territórios e recursos naturais. As comunidades do lado brasileiro da fronteira também vêm observando o interesse dos Mashco em adquirirem instrumentos de metal e alimentos cultivados, o que não acontecia em décadas passadas.

Hoje, o modo de vida particular dos Mashco, e sua situação de extrema vulnerabilidade frente às diferentes ameaças na fronteira Brasil-Peru, exige cada vez mais estratégias e ações específicas para a efetiva proteção dos seus direitos. Seus territórios estão amparados pelos marcos legais nacionais e convenções internacionais de proteção dos direitos humanos dos povos indígenas e tradicionais, dos quais os dois países são signatários. Porém, as restrições de acesso às essas áreas nem sempre são respeitadas.

Nas últimas duas décadas, comunidades e organizações indígenas brasileiras e peruanas, que vivem e atuam próximas aos limites nacionais, estão debatendo problemas e desafios comuns, e pensando estratégias em conjunto para a gestão dos seus territórios. Em espaços de diálogo com a sociedade civil e órgãos governamentais discutem sobre os impactos dos projetos de infraestrutura e integração regional, e das atividades ilícitas na região, bem como a necessidade de estratégias binacionais que assegurem a integridade de povos indígenas que desconhecem os limites dos Estados.

Desde 2011, os Manchineri da aldeia Extrema, na Terra Indígena Mamoadate, no Brasil, e os Yine da Comunidade Nativa Monte Salvado, no alto rio Las Piedras, no Peru, povos vizinhos aos territórios utilizados pelos Mashco, estão intercambiando informações e construindo uma política de aliança para a proteção dos seus “parentes” isolados. Essa iniciativa é apoiada por organizações governamentais e não governamentais do Brasil e Peru e, mais recentemente, facilitada pelos novos canais de comunicação da rede virtual.

Para diminuir a pressão sobre o uso dos recursos naturais na área utilizada pelos Mashco, os moradores das aldeias da Terra Indígena Mamoadate estabeleceram um acordo para que ninguém ultrapasse o Igarapé Abismo, no Alto Iaco, em território brasileiro. As lideranças Manchineri e Yine também vêm alertando aos governos do Peru e Brasil sobre os possíveis impactos do projeto da estrada que pretende conectar os municípios peruanos Iñapari e Puerto Esperanza, a 10 quilômetros da linha da fronteira com o Brasil, cortando o território dos Mashco. Os indígenas discutem ainda sobre a importância do diálogo entre os dois países para a fiscalização da fronteira e das atividades extrativistas e ilícitas na região, como o crescente narcotráfico.

Em março de 2014, os governos brasileiro e peruano assinaram um memorando de entendimento para a cooperação interinstitucional entre FUNAI e Ministério de Cultura do Peru[[4]](#footnote-3) , visando a promoção de atividades e o compartilhamento de experiências e capacidades técnicas para a proteção dos direitos dos povos isolados e de recente contato que vivem na fronteira Brasil-Peru.

O acordo teve validade de dois anos e foi um primeiro passo para aproximação entre as duas instituições indigenistas. Porém, sua efetivação dependia da elaboração de um plano de trabalho binacional, o que não foi realizado. Após a assinatura do memorando, em 2014, uma série de situações de contato com grupos de índios isolados, em ambos lados da fronteira, exigiu ações emergenciais dos governos. As equipes reduzidas dos dois países, ocupadas em aplicar seus próprios protocolos de contingência, não encontraram as condições ideias para a construção de uma agenda integrada.

Assim, a cooperação entre Brasil e Peru, tanto para coibir atividades ilegais, como para reconhecer o papel fundamental das populações indígenas e suas organizações na construção de políticas públicas, é determinante para o cumprimento do direito de autodeterminação dos povos isolados e de recente contato na Amazônia. A sobrevivência dos índios isolados Mashco depende de políticas transfronteiriças construídas com a participação dos diferentes atores que atuam em prol dos seus territórios e modo de vida, e da implementação de estratégias e ações conjuntas entre os Estados.

1. Maria Emília Coelho (consultora em assuntos indígenas e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos, da Universidade de Brasília/ mariaemiliacoelho@gmail.com) [↑](#endnote-ref-1)
2. Denominação oficial no Peru. [↑](#footnote-ref-1)
3. Existe uma longa discussão a respeito do conceito e do uso do termo “isolamento voluntário” e de outros nomes aplicados para designar populações indígenas que não estabelecem contato permanente com a sociedade envolvente, pois apresentam uma visão simplista e não expressam adequadamente os modos de vida desses povos, partindo da premissa que todo grupo social mantém algum grau de relação com seu entorno e, portanto, não está completamente isolado, nem à margem dos processos sociais regionais. (Huertas, 2010). Atualmente, a política indigenista oficial brasileira adota o termo “isolado” para referir-se à essas populações. [↑](#footnote-ref-2)
4. Órgão do governo peruano atualmente responsável por criar e implementar as políticas para povos isolados através da Dirección de los Pueblos en Situación de Aislamiento y Contato Inicial” (DACI). [↑](#footnote-ref-3)